

Constituintes trabalham 12 horas e almoçam sanduíche

BRASÍLIA — Deputado não trabalha, vive de mordomia. Foi o que disseram ao ex-ministro da Fazenda Francisco Dornelles, hoje presidente da Comissão de Orçamento, Sistema Tributário e Finanças da Constituinte. Eleito pelo PFL do Rio de Janeiro, Dornelles está, há pelo menos um mês, trabalhando 12 horas por dia e dividindo sanduíches na Fundação Getúlio Vargas — onde vai se esconder do burburinho do Congresso — com seus colegas José Serra (PMDB-SP), Fernando Coelho (PMDB-PE) e Benito Gama (PFL-BA).

A falta de tempo para almoçar com dignidade é apenas uma das agruras a que estão submetidos os 487 deputados e 72 senadores desde que a Constituinte começou a funcionar de verdade, com a instalação das 24 subcomissões de trabalho e as audiências públicas. O movimento de povo, parlamentares e funcionários pelos corredores do Congresso, além da estafa, produz um contraste constrangedor para o Executivo. Dos três poderes, o Legislativo, hoje, é o que mais trabalha.

O senador José Fogaça (PMDB-RS), que estuda 400 sugestões sobre o regime parlamentarista apresentadas à Subcomissão do Poder Executivo, não escreve um verso desde que começou a Constituinte. Além de político, Fogaça é compositor, parceiro dos gaúchos Cleiton e Cleidir. "Mais que o excesso de trabalho, é a tensão que não me deixa escrever", diz o metódico senador. Metódico também era o deputado Waldir Campelo (PFL-DF), que há 15 dedica ao futebol as tardes de sábado.

"Meu time perdeu um grande centroavante, depois que esta Constituinte começou", diz, sem modéstia. Além de participar das subcomissões, das sessões plenárias (duas por dia) e das audiências públicas, Campelo, por ser deputado de Brasília, perde duas manhãs por semana atendendo em média 60 eleitores em seu gabinete.

O líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, antes um crítico dos altos salários dos deputados, hoje garante que "pelo menos a maioria, a grande maioria dos constituintes, está merecendo o jeton". Submetido a uma jornada de trabalho que na última semana, quando o PT preparava a sua proposta de 273 artigos para a Constituinte, chegou a ser de 18 horas por dia, o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo já vê com bons olhos até a sugestão feita em tom de brincadeira, de que os constituintes recebam horas-extras.

Lua-de-mel — Faltam horas no dia-a-dia do constituinte. Até para o amor. O deputado Adhemar de Barros Filho (PDT-SP), preso a uma rotina que o deixa toda a semana longe de São Paulo, teve de trazer a mulher Maria, para trabalhar em seu gabinete, única maneira que encontrou para não interromper a lua-de-mel. "Acho que a velha geração não vai aguentar esse ritmo, prevê o deputado. "Antes do final da Constituinte vamos ter alguns enfartados por aqui".

Entre os candidatos ao enfarte, os senadores José Richa (PR) e Mário Covas (SP), duas estrelas do PMDB. Richa, que além de Constituinte é candidato à Presidência da República, acha que, embora produzindo menos, está "trabalhando mais aqui do que quando era governador do Paraná". Covas, eleito líder da bancada do PMDB, já carrega no peito um aparelho que controla o avariado coração. Seu dia termina invariavelmente às 2 da madrugada, com a mesa cheia de cigarros que — proibido de fumar — destrói com os dedos.

Covas não cumpre agenda, mas todos os dias conversa com cada um de seus cinco *olheiros* na Constituinte. Na impossibilidade de acompanhar tudo o que acontece na casa — o que não seria difícil em outros tempos — o líder do PMDB *nomeou* os deputados Euclides Scalco (PR), Robson Marinho (SP), Paulo Macarini (SC), Antônio Brito (RS) e Antônio Perosa (SP) para acompanharem, cada um, um setor específico da Constituinte.

"Ninguém trabalha mais do que nós, atualmente", diz Covas. Tanto o líder do PMDB como seu colega do Maranhão, José Carlos Sabóia, concordam em que foi o acesso do povo, às audiências da Constituinte que forçou esse ritmo furioso de atividades. "Estamos vivendo em uma universidade de Brasília. Eu me debruço 12 horas por dia sobre a lata de lixo da história", depõe Sabóia, que está na Subcomissão do Índio, do Negro e das Minorias.

Todo o esforço dos deputados e senadores nos últimos 30 dias foi canalizado para a produção de propostas para a nova Constituição. Na quarta-feira passada, quem ainda não havia produzido propostas se esforçou ao máximo e elas chegaram a mais de 6 mil, uma estimativa, porque o número só será conhecido exatamente na próxima semana. Mas não faltou quem apelasse para a proverbial esperteza atribuída pela tradição ao parlamentar brasileiro. O senador José Inácio (PMDB-ES), na falta de idéias próprias, apresentou 857 propostas subtraídas ao computador que armazena as sugestões encaminhadas por entidades civis à Constituinte. Foi o campeão do plágio.



Eden e Valdete servem cafezinho das 9h até as 22h30

Funcionários acompanham ritmo

Dois comprimidos de Dorflex por dia. É a receita da copeira Eden Carvalho da Silva, 36 anos, para aliviar a dor nas pernas, que começou desde que foi servir no gabinete do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, há pouco mais de um mês. Eden e sua colega Valdete Aquino, 30 anos, servem café e água das 9h da manhã às 22h30min. Depois, pegam o ônibus e chegam em casa à 1h30min. No dia seguinte, começa tudo de novo.

As copeiras de Covas dividem com os outros 12 mil funcionários do Congresso o peso da tarefa de apoio logístico ao trabalho da Constituinte. Como elas, sofrem também os 11 funcionários da Secretaria de Apoio e Informação, encarregada de digitar e divulgar os trabalhos das subcomissões. Na quarta-feira passada, o expediente da Secretaria de Apoio só terminou às 3h30min. Agora eles estão preparando mais de 6 mil propostas apresentadas para que os relatores façam sua parte.

O coordenador da secretaria, João Camindé Tolentino Ribeiro, consola-se com o,

descanso de hoje. Dia das Mães. Há 25 anos no Congresso, ele só tem na memória um exemplo de dias tão agitados: "Antes de 64, quando o Congresso podia interferir na elaboração do orçamento da União, havia muito trabalho." Um funcionário mais antigo, o secretário-geral da mesa, Paulo Afonso, que em 40 anos de casa viu nascerem as Constituições de 1946 e de 1967, jamais trabalhou tanto como agora.

Também estão submetidos a sobrecarga os funcionários do Prodasen. Na operação de computadores, eles já processaram mais de 60 mil sugestões enviadas por eleitores de todo o país à Constituinte. Agora eles começam a processar as propostas dos parlamentares. Até o espaço desses funcionários foi sacrificado. Por ser um local tranqüilo, com fácil acesso a terminais de computador, as salas do Prodasen foram ocupadas por constituintes que têm intimidade com a linguagem da informática, como Plínio Arruda Sampaio (PT-SP), Alcení Guerra (PFL-PR), Aloísio Chaves (PFL-PA) e Virgildasio Sena (PMDB-BA).

Rio e Minas criam "lobby" para ampliar ajuda federal

Os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, segundo admitem influentes assessores dos governadores Moreira Franco e Newton Cardoso, vão se associar para a formação de um lobby político que terá o objetivo de levar a Assembleia Nacional Constituinte a definir novos critérios de distribuição dos impostos únicos sobre energia elétrica, minerais e lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos.

Newton já se declarou disposto a ir à Constituinte, "com todo o peso de Minas", para evitar que o estado continue a ser "sistematicamente prejudicado pela diferenciação dos valores de pauta e alíquotas que determinam a incidência do Imposto Único sobre Minerais". Moreira manifestou ponto de vista parecido, de olho no Fundo sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos ou Gasosos, que apanha o Rio de Janeiro em posição ascendente no tocante à produção de petróleo.

Estudos — Moreira parte para a Constituinte, nessa associação com Minas, munido de estudos realizados pelo procurador-geral do Estado do Rio, Hélio Sabóia, que defendem como princípio geral para a distribuição dos fundos — ou de outras participações vinculadas de recursos públicos, como os royalties do petróleo —, critérios constitucionais que não a sujeite ao cumprimento de obrigações específicas ou à compensação por conta de débitos anteriores. Sabóia acha importante, com a definição da questão na nova Constituição, a criação de um mecanismo que iniba o legislador do futuro a criar, por legislação ordinária, condicionamentos incompatíveis com o interesse público e suas necessidades.

Os estudos que norteiam os passos de Newton rumo à Constituinte partem, por sua vez, do secretário de Minas e Energia, Geraldo Santana. O secretário mineiro quer que a nova Constituição impeça a União de subsidiar exportações em detrimento de estado e municípios produtores. Em um relatório que entregou ao governador, Santana destaca que Minas produziu, em 1985, 99,2% de todo o minério de ferro

extraído no país. Como o governo federal trabalha com pauta diferenciada para as toneladas vendidas no mercado externo e as exportadas, Minas saiu no prejuízo.

O IUM (Imposto Único sobre Minerais) é de 15% nas transações internas e de 7,5% nas externas. Como em 1985, o Brasil exportou 61% do minério de ferro que produziu, Minas, segundo o relatório de Geraldo Santana, deixou de receber CZ\$ 280 mil 899 mil, isto é, 7,5% da sua quota-parte de 70% do total do imposto arrecadado. Dos 30% restantes, a regulamentação que estabelece o rateio do IUM manda entregar 20% ao município-sede da jazida, cabendo os outros 10% à União.

Hélio Sabóia chegou a redigir um artigo para ser incluído na nova Constituição, cujas cópias Moreira Franco distribuiu entre os deputados fluminenses, com a seguinte redação:

"É vedado condicionar a distribuição, repasse ou a entrega do produto de quaisquer tributos federais, estaduais ou municipais, e bem assim de participações de qualquer natureza, à prévia liquidação de dívidas ou obrigações anteriores da entidade credora, ou de seus órgãos de administração indireta".

Leque maior — O secretário Geraldo Santana, para defender os direitos de Minas sobre o minério de ferro que o estado produz, também é autor de emenda que o governador Newton Cardoso quer ver incluída na futura Carta Magna: "A União é defeso subsidiar exportações em detrimento de estado produtor".

Em Minas, orientado pelo governador, Santana já enviou aos 35 deputados federais do PMDB do estado, cópias do seu parecer e da emenda que redigiu. No Estado do Rio, Hélio Sabóia procedeu da mesma maneira, mas abrangendo um leque partidário maior: além do PMDB, que tem 13 deputados, o procurador-geral se dirigiu aos oito representantes do PFL, aos três do PTB, a um do PDC e a outro do PC do B, partidos que integraram a Aliança Popular Democrática, que levou Moreira à vitória.

Entidades não crêem no fim do cidadão de 2ª categoria

A comunidade acadêmica não acredita que a nova Constituição avance na definição de um perfil moderno do cidadão brasileiro. De acordo com a tese de alguns cientistas políticos que estão estudando a questão da cidadania na Constituinte e até participaram de debates com constituintes sobre o tema e enviaram sugestões às subcomissões que estudam o assunto, as desigualdades sociais são tão profundas no Brasil, que continuará a existir a figura do cidadão de segunda classe na sociedade brasileira, pertencente aos setores econômicos e socialmente desfavorecidos.

Apesar do ceticismo, esses setores estão cada vez mais organizados, em sindicatos, associações de moradores e movimentos sociais, e prometem, a partir do segundo semestre, quando os debates forem para o plenário da Constituinte, pressionar ao máximo os parlamentares. Desde já, contudo, esses mesmos grupos, procuram sensibilizar os constituintes através de um "lobby popular", que compete em desigualdade com lobbies mais organizados e com maior poder de fogo, como o das Forças Armadas e do empresariado, por exemplo.

O cientista político Sérgio Abranches, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), acha que a estrutura político-social brasileira, marcadamente corporativista, vai se refletir na Constituição brasileira, o que se agrava ainda mais "com as pressões da prática do corporativismo, isto é, dos lobbies. Segundo Abranches, "esta prática segue na direção oposta à constituição da sociedade civil, entendida como sociedade de indivíduos que partilham os mesmos direitos básicos de cidadania".

O professor Fábio Wanderley Reis, também cientista político, da Universidade Federal de Minas Gerais, é mais cético ainda quanto à contribuição da nova Constituição no campo da

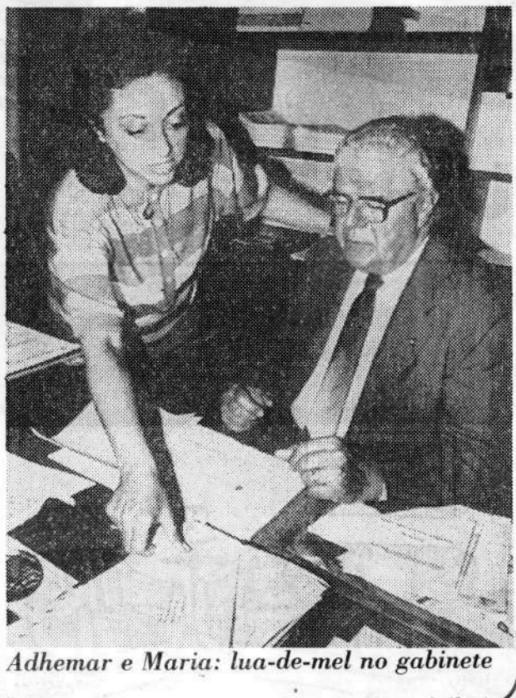
cidadania e acha que o mais necessário é "garantir a estabilidade política". "É preciso acabar com a ilusão de que essa Constituição vai durar 200 anos. Se durar 20 podemos achar que tivemos sorte". Por isso, Reis acha que essa Constituição deveria se prestar à "experimentação".

— Por que não experimentar o parlamentarismo? Pelo menos é uma promessa de que o país enfrentará crises conjunturais sem prejuízo da ordem constitucional.

No campo das relações sociais, Reis admite que pode haver avanços, com a definição "de uma legislação mais consequente no sentido de acabar com preconceitos e discriminações". Quanto às Forças Armadas, ele acha que a Constituição deve "neutralizar a função de quisto armado que elas representam". **Participação popular** — Apesar da reduzida possibilidade de pressão sobre os constituintes, o movimento popular, através do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, organizado em todo o país, tem uma proposta de direitos humanos, políticos, sociais, culturais e econômicos, que espera ver, na medida do possível, incorporados ao novo texto constitucional. O presidente da Farmerj, Chico Alencar, que participa do Plenário, admite que os direitos sociais, como direito ao trabalho, à habitação, ao transporte, à educação, à saúde, são mais discutidos pelos movimentos sociais porque estão diretamente ligados às suas necessidades cotidianas. "Não se pode falar em cidadania se a maior parte da população vive na fronteira entre a pobreza e a miséria", resume Chico Alencar.



Chico Alencar



Adhemar e Maria: lua-de-mel no gabinete

Roupas de todos os tipos e tamanhos até o nº 62. As ca-